

# Democracia e direitos humanos



**A esperança é que um dia a discussão se dê pela força das palavras, das idéias**

O cenário ficou fácil, nos últimos decênios, para falar de política: elogia-se a democracia e a ela se somam os direitos humanos. Até a derrota do nazifascismo, as coisas eram bem diferentes e criticar a democracia era freqüente. Contestava-se sua aposta excessiva no povo, a inversão que efetuava dos valores, pondo os pobres e incultos acima dos ilustrados (“que falta de respeito, que atropelo à ra-

zão”, cantava Discépolo em seu tango *Cambalache*: hoje “mais vale um burro que um grande professor”). Mesmo os republicanos faziam questão de se distinguir dos democratas, como que os assimilando ao palavrão que hoje é ser “populista”. Tudo muda no fim da 2ª Guerra. Nestes 50 e poucos anos, até ditadores se dizem democratas. Claro, criticam as democracias dos outros e acrescentam, à sua, um adjetivo qualquer: democracia real, popular, nacional, social, relativa, possível. Assim, primeiro ponto da opinião dominante em nossos dias: afirmar-se democrata.

Segundo ponto: acrescentar os direitos humanos. Estes surgem,

com direitos restritos aos ingleses da gema (os true-born englishmen), no fim do século 17. Um século depois, as revoluções americana e francesa os estendem a todo o gênero humano. É isso, aliás, o que tornará a escravidão um espinho na garganta dos revolucionários: Jefferson, autor da Declaração de Independência norte-americana, deplora a condição dos cativos, e a Revolução Francesa só é mesmo democrática nos anos

— após a derrubada da monarquia e antes da restauração bonapartista — em que a escravatura está abolida. Mas, de todo modo, os primeiros direitos humanos — a liberdade pessoal, o direito de ir e vir, a liberdade de expressão, as limitações ao poder de Estado — são relativamente simples e em pouco tempo se difundem na consciência ocidental, embora em nossos dias, passados 200 anos daquela época, ainda não se tenham tornado, por completo, realidade.

Com o tempo, os direitos humanos se expandem para o campo social e, depois, para domínios mais difusos. E isso se torna um problema. Porque, por um lado, o que há de melhor na consciência

mundial crê na importância de acrescentar novos direitos a um rol já razoável — em particular, direitos de grupos: as mulheres, as crianças, um dia os animais. E isso apesar de ainda não se terem realizado esses direitos, de esse verbo, o melhor que existe, demorar em se tornar carne. Por outro lado, porque esses mesmos direitos são, às vezes, contraditórios entre si. A legítima exigência das prostitutas de serem tratadas com dignidade — como qualquer cidadão merece — diverge, a longo termo, do direito de todo ser humano a ter uma sexualidade feliz e não explorada. A “ação afirmativa”, instituída nos Estados Unidos para compensar, por uma discriminação positiva, aqueles que ao longo dos séculos sofreram uma discriminação negativa, como os negros, índios e mulheres, choca-se com a igualdade de todo indivíduo perante a lei.

Estes são dois problemas fortes, hoje, dos direitos humanos. O primeiro nos diz que tantas palavras, tanta consciência, não conseguem vencer o muro da vergonha: a dura resistência do autoritarismo, que teima em difamar a temática dos direitos do homem como se estes protegessem apenas bandidos, quando, na verdade, são direitos de todo ser humano. Aqui, as ações devem suceder à palavra, para que esta se realize, mas é o caso, também, de analisar a resistência ao direito, esse peso, morto

e eficaz de milênios de repressão sobre o cérebro humano.

Mas a questão decisiva é que ficou de certa forma fácil pensar que os direitos humanos se somem uns aos outros sem maiores conflitos. Ora, tais conflitos existem. O direito dos judeus a um lar seguro, vítimas que foram de séculos de perseguição, implicou séria afronta aos direitos dos palestinos à terra que era sua. Como resolver esse impasse? Os direitos não se limitam a somar-se. Aqui entram em conflito.

No entanto, esses conflitos entre direitos não significam a negação do direito. Na verdade, quando o direito da prostituta diverge do direito a um sexo feliz, ou o do judeu se choca com o do palestino, o que temos é uma linguagem nova — justamente a dos direitos humanos — na qual os conflitos de poder passam a se expressar. Esse é um avanço. Antes, a disputa do poder se exprimia pela linguagem da força armada ou da invocação aos deuses. Hoje, pela força do dinheiro, ou melhor, do capital. A esperança é que um dia a discussão se dê pela força das palavras, das idéias. E nunca estas são tão significativas como quando se apóiam no direito — não no direito já existente, mas num direito que se cria, que nasce dos desejos em conflito.

■ Renato Janine Ribeiro é professor-titular de Ética e Filosofia Política na USP